



ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS

1. FINALIDADE

- 1.1 Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1 DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.1 Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos serviços objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências de infraestrutura do estado do Goiás, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região.
- 2.1.2 Apesar da predominância da malha rodoviária dentre os modos de transportes utilizados no estado de Goiás, a conectividade da rede fica comprometida pela ausência de ligação entre as vias existentes. Esta carência dificulta o cotidiano da população local e cria gargalos no escoamento de mercadorias o que aumenta os custos do transporte de cargas. Desta forma, se faz primordial o desenvolvimento de estudos de viabilidade, com o objetivo de sequencialmente elaborar todos os estudos necessário e pertinentes para o desenvolvimento do projeto da ponte e suas construções, garantindo dessa forma uma melhor oferta de acesso para o município de Britânia/GO e suas adjacências.
- 2.1.3 O município de Britânia está situado no interior de Goiás, apesar de ter uma população pequena, atrai turistas em razão do Lago dos Tigres, a execução da obra em questão proporcionaria melhoria na infraestrutura da cidade, aumentando a qualidade de vida dos moradores e visitantes, pois geraria:
- a) Aumento da qualidade das estradas à montante e à jusante da ponte;
 - b) Redução do tempo de viagem;



- c) Possível interesse de empresas para a região e consequente aumento do número de empregos;

2.2 DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.2.1 Serão adotados os dois regimes de execução a seguir, por serem os mais apropriados para objeto a ser contratado:

- 2.2.1.1 Empreitada por Preço Global: preço certo e total, para os serviços de escritório. O pagamento será de acordo com o valor de cada etapa/evento prevista no cronograma físico-financeiro.

- 2.2.1.2 Empreitada por Preços Unitários: preço certo de unidades determinadas para os serviços de campo e laboratório, passíveis de medição. O pagamento será de acordo com os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, de acordo com os preços unitários propostos.

- 2.2.2 O pagamento será de acordo com as medições das parcelas/eventos concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro e cronograma de desembolso contratual poderão ser efetivadas sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas. As medições serão feitas mensalmente, respeitando no mínimo o percentual de cada parcela, de acordo com o Cronograma de Desembolso adotado e aceito pela Codevasf.

- 2.2.3 No caso de ocorrer antecipação da execução física dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura. Se para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento. Os percentuais máximos admitidos para pagamento dos eventos serão os indicados nos critérios de Pagamento.

2.3 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

- 2.3.1 Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio em até 2 (duas) empresas, conforme justificativa apresentada.

- 2.3.2 Levando-se em consideração que o objeto da licitação inclui elaboração de projetos de engenharia e estudos ambientais, a permissão de participação de consórcio de até duas empresas possibilitará o reforço de capacidade técnica e financeira dos interessados,



ampliando a competitividade, uma vez que, isoladas, poderiam não conseguir preencher os requisitos necessários para tal, justificando, assim, o consórcio.

2.4 DA SUBCONTRATAÇÃO

2.4.1 Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que, por não dizerem respeito às atividades fim da CONTRATADA, não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas, tal como obtenção de dados complementares como levantamento, estudos e ensaios de laboratório, levantamentos topográficos, geológicos, pertencentes ao objeto desta licitação.

2.5 DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

2.5.1 A visita aos locais onde os serviços serão executados é facultativa. Será de responsabilidade dos interessados a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados não fornecidos pela Codevasf, pois tais aspectos não poderão ser avocados, no desenrolar dos trabalhos, como motivo para alteração do contrato a ser estabelecido.

2.5.2 Deverá ser apresentada, junto com a proposta técnica, a Declaração de Conhecimento do Objeto.

2.5.3 No caso de visita técnica, se os interessados julgarem necessário, poderão entrar em contato com a Codevasf/Sede, SGAN 601, Conj. I. Ed. Dep. Manoel Novaes, Brasília/DF, CEP: 70.830-901, Brasília - DF, Fone: (61) 2028-4570, 2028-4411, 2028-4512, 2028-4777, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de 2ª a 6ª feira, para agendamento.

2.6 DA DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL

2.6.1 Os serviços a serem contratados serão executados no prazo inferior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

2.7 DA DESAPROPRIAÇÃO

2.7.1 Nos estudos poderão ser identificados os imóveis que serão atingidos diretamente pelas obras. O estudo objeto dessa licitação visa avaliar essa necessidade dentro de um



estudo amplo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, sendo necessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

2.8 VANTAJOSIDADE DA DIVISÃO DO OBJETO DA EM LOTES

2.8.1 Não aplicável.

2.9 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.9.1 Critério de julgamento Menor Preço, observando o princípio da economicidade.

2.9.2 Menor Preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

2.10 DA DIVULGAÇÃO DO VALOR ORÇADO

2.10.1 Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

2.11 DA GARANTIA DO OBJETO

2.11.1 A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

2.12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (CAUÇÃO)

2.12.1 É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

2.13 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.13.1 A Qualificação Técnica mínima foi especificada de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e dos produtos entregues. A qualidade técnica-operacional da Consultora foi definida em relação a experiência na elaboração de projetos com características e grau de complexidade semelhantes ao do objeto. A qualidade técnica-profissional da Equipe Chave da Consultora foi definida em relação a experiência na elaboração de projetos em cada área de especialidade necessária no futuro Contrato.



2.13.2 A elaboração do presente TR não seguiu *ipsis litteris* o padrão da Codevasf tendo em vista a necessidade de ajustes devido às peculiaridades que o presente projeto necessita, não acarretando prejuízo ao julgamento da licitação.

2.14 DA LICENÇA AMBIENTAL

2.14.1 Deverá ser solicitada Anuência Ambiental (Licença Ambiental ou Dispensa de Licenciamento) junto ao município ao qual serão executados os serviços de engenharia objeto desse TR, por meio do órgão responsável pela emissão da mesma. A Ordem de Serviço somente será emitida após a obtenção da citada Anuência Ambiental.

2.14.2 Obs.: Quando dispensável a licença deverá ser indicada, e anexada ao processo, a base legal da dispensa.